

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO CONCELHO DE VALONGO: UM CONTRIBUTO

LÍDIA AGUIAR*
CIHC-IS CET

RESUMO

O concelho de Valongo desde a sua fundação é o exemplo do derrubar de fronteiras perante a vontade dos homens. Criaram-se desta forma lugares de memória que urge salvaguardar, pois marcaram a sua evolução económica ao longo do século XIX e início do século XX. Metodologicamente utilizou-se a revisão de bibliografia, estatísticas da Câmara Municipal de Valongo e o reconhecimento no terreno. Toma-se como objetivo deste artigo o incentivo ao estudo metodológico de todo o património cultural e natural de que o concelho é detentor, colocando-o ao serviço do turismo. Pretende-se contribuir para uma organização e desenvolvimento turístico do concelho e conseqüente incremento económico e, ainda, para um maior orgulho das suas gentes pelo local em que habitam.

PALAVRAS-CHAVE

Concelho de Valongo; Lugares de Memória; Património Cultural; Património Natural; Desenvolvimento turístico.

ABSTRACT

Since its foundation, the county of Valongo is an example of overturning frontiers before the will of men. In this way, created memories of the economic evolution throughout the 19th had early 20th centuries need to be safeguarded. Methodologically, the literature review, Valongo City Hall statistics and field recognition were used. The purpose of this article is to encourage the methodological study of all cultural and natural heritage of which the county is the holder by placing it at the service of tourism. The intention is to contribute to a tourism organization and development of the county and consequent economic increase apart from also to contribute for the pride of inhabitants.

KEYWORDS

Valongo County; Memory Places; Cultural heritage; Natural heritage; Tourist development.

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo pretende-se dar a conhecer o concelho de Valongo, a sua formação e desenvolvimento. Paralelamente é objetivo abordar alguns dos seus lugares de memória e como a sua Patrimonialização pode contribuir para a alavancagem turística do destino, sempre tendo em conta os pilares da sustentabilidade.

O concelho é rico em património material e imaterial e possuidor de excelentes acessibilidades. A cidade de Valongo e todas as suas freguesias podem beneficiar dos fluxos turísticos que vêm sendo desviados para os novos hotéis construídos no seu território e que praticam preços acessíveis. Reter estes turistas deve ser um dos primeiros objetivos para o concelho. Para tal, existe a necessidade de uma inventariação do património e de uma estruturação do território de forma a que o turista possa fruir com facilidade pelo mesmo.

Neste contexto, a abordagem feita ao património neste artigo não se pretende exaustiva, já que o objetivo final é quebrar a fronteira do território dormitório e alcançar uma extensão do território turístico. Como a criação do próprio concelho demonstra só não se quebram fronteiras se não existir vontade do homem. É este o objetivo do presente trabalho.

1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE VALONGO E ACESSIBILIDADES

O concelho de Valongo está situado na região norte de Portugal. Integra a área Grande Porto (NUT III). Está limitado a norte por Santo Tirso, a nordeste por Paços de Ferreira, a leste por Paredes, a sudoeste por Gondomar e a oeste pela Maia.

* Professor Coordenador. laguiar@iscet.pt.

Este município é constituído por quatro freguesias: Valongo, Alfena, Ermesinde e União de Freguesias de Campo e Sobrado, com uma área total de 75,7 Km².

É um dos mais pequenos concelhos do país em área, mas densamente povoado. Possui 95 mil habitantes, ou seja, cerca de 1200 por km², o que o torna, considerando a densidade populacional, um dos maiores do país (Carvalho et al., 2015).

Não confinando diretamente com a cidade do Porto, beneficia de excelentes acessibilidades, sendo atravessado pelas autoestradas A4, A3 e ainda a A41. Usufri de um excelente serviço da CP através das linhas do Minho e Douro. O serviço da CP é preponderante na ligação a grandes urbes como Braga ou Guimarães, através da linha do Minho. Já a linha do Douro permite ligações até à cidade da Régua. Dependendo da freguesia onde o habitante se situa pode usar uma das linhas e aceder ao Porto em 20 minutos.

Mantém as ancestrais estradas de ligação a cidades, como Porto e Penafiel, por onde circulam inúmeras carreiras de transporte público. Particularmente do centro de Valongo para o Porto, este tipo de transporte está assegurado por diversas carreiras que têm o seu terminal em diferentes pontos desta cidade.

Também é possível o transporte até à cidade de Gondomar e Penafiel (para esta pode optar pela carreira de autocarro ou pelo comboio – linha do Douro).

No que se refere a alojamento, o concelho possui já algumas unidades hoteleiras de que o turista pode usufruir a preços bem mais económicos do que os que se registam na cidade do Porto. Destaca-se, pela sua qualidade e excelente localização, o Hotel Portas de Santa Rita, na freguesia de Ermesinde, que possui 21 quartos, dos quais 5 são suites, sendo 1 preparado para deficientes motores. Este hotel, dispõe de *wifi* gratuito, garagem e parque de estacionamento privativo, com recepção 24h. Já na freguesia de Valongo, o Park Hotel Porto Valongo, possui 99 quartos, *wifi* gratuito, recepção e bar 24 horas e estacionamento coberto e descoberto. Possui ainda 4 salas de reuniões. Esta unidade hoteleira pertence à cadeia dos Park Hotel, onde se inserem os hotéis Porto Gaia e Porto Aeroporto. Tem uma grande capacidade de atrair turistas internacionais que para aqui se deslocam quer movidos

pelo preço ou pela lotação esgotada nos outros hotéis da cadeia; torna-se desta forma um importante recurso complementar que nunca pode ser esquecido no planeamento turístico do concelho.

Existe, ainda, bem no centro da cidade de Valongo um pequeno, mas muito hospitaleiro Hostel, que possui uma alargada gama de serviços, entre eles um serviço de *Shuttle* sempre disponível mediante marcação (Valongo, 2018).

Finalmente, para terminar o levantamento dos recursos complementares, a restauração encontra-se bem preparada com um imenso conjunto de restaurantes capazes de satisfazer os gostos do turista ou visitante mais exigente.

1.1. Enquadramento histórico

Valongo é um concelho que nasceu no século XIX após a revolução liberal. Nesta altura verificou-se a necessidade de se proceder a uma reforma administrativa. Entre os deputados encontrava-se Dias de Oliveira¹, natural de Valongo, que lutou para que a sua aldeia subisse a sede de concelho. E tanto argumentou que convenceu os seus pares a retirar territórios aos vizinhos da Maia e de Aguiar de Sousa, constituindo desta forma o concelho de Valongo em 1836 com 1925 fogos.

Tornava-se necessário encontrar uma casa que albergasse condignamente a Câmara deste novo município. Como outra não havia, alugou-se a Bernardo Martins da Novoa, um brasileiro torna viagem, que na aldeia de Valongo havia construído uma bela casa solarenga após o seu regresso do Brasil.

A razão pela qual Dias de Oliveira teve sucesso em conseguir fazer da sua aldeia um concelho prende-se não só à sua inteligência e forte poder de argumentação, mas muito em particular a um lugar e a uma memória deveras marcante para os liberais e para a rainha D. Maria II.

Na Ponte Ferreira verificou-se a primeira grande vitória dos liberais contra os miguelistas e conta-se que D. Pedro IV ao atravessar a aldeia de Valongo “estranhara que ela fosse ainda simples freguesia, dado tratar-se de tão grande povoado, situado em local agradabilíssimo e importante pelo seu comércio e indústria”².

Pelo Decreto de 28 de novembro de 1836, que cria o município de Valongo, a Rainha (D. Maria II) refere, expressamente, que esta terra lhe merece gloriosa recordação por ter sido daí que D. Pedro IV, seu pai, dirigiu a vitoriosa Batalha da Ponte Ferreira.

A 1.ª sessão da Câmara só teria lugar a 3 de março de 1837. O 1.º ato deste corpo administrativo foi agradecer à Rainha a criação do concelho. Apelou à elevação da sua sede à categoria de vila. Mesmo antes do deferimento do pedido, a partir de 15 de março de 1837, torna-se habitual nas atas aparecer de início “nesta vila de Valongo”. O título de vila foi dado pela Rainha, no mês seguinte, em decreto de 17 de abril de 1837 (Cabrita et al., 1973).

Por ser atravessado por diversos cursos de água tais como o Rio Leça e o Rio Ferreira e respetivos afluentes, proporcionou-se o fomento da agricultura e da moagem. Desenvolveu-se desta forma uma forte indústria de panificação e de biscoitos que se tornaram conhecidos na cidade do Porto, onde chegavam diariamente transportados em mulas ou à cabeça de mulheres valonguenses que percorriam toda a estrada real entre a vila e a cidade.

A chegada do comboio no ano de 1875 a Valongo veio proporcionar um incremento na sua indústria e comércio. A abertura da estrada real n.º 15 foi outra acessibilidade importante para este novo concelho. Estes dois setores desenvolveram-se e proporcionaram a vinda até Valongo de muitos homens de negócios, surgindo a necessidade de alojamento.

Surgiu, então, o primeiro estabelecimento hoteleiro da vila de Valongo com a denominação de Hotel Central, em 1907, sendo seu proprietário Manoel Marques de Carvalho e Silva, tendo uma capacidade para 7 hóspedes (Cabrita et al., 1973).

2. LUGARES DE MEMÓRIA

Pode ser considerado um lugar de memória, um edifício, um monumento, mas também um museu ou uma biblioteca, ou ainda a simples toponímia de um lugar que incite à recordação. É neste sentido que o historiador Pierre Nora entende que o passado além de reinventado pode ser relembrado pelos novos sentidos produzidos quer

por sujeitos individuais quer coletivos (Nora, 1997). Ou seja, na definição de Nora, os lugares de memória tornam-se fundamentais para os indivíduos se reconhecerem, diante dos problemas da contemporaneidade. Desta forma é possível entendê-los como um misto entre a memória e a história, já que na perspetiva ainda do mesmo autor não se pode recorrer só à memória, pela necessidade de se identificar a origem, pois a memória necessita de algo que a identifique com o passado (Nora, 1993).

Nesta sequência, ousamos considerar que se pode estar perante a necessidade de se abrir aqui para um processo de Patrimonialização, pois o património tem a qualidade de se reconfigurar numa espécie de espelho, para onde o indivíduo (ou comunidade) congrega o seu esforço de reflexão a fim de descobrir, redescobrir ou somente recordar uma parte de si mesmo e de todos os que estão à sua volta. Este envolvimento com o património pode transfigurar-se num ato nostálgico, no entender do antropólogo Maure, “A nostalgia é um sentimento de ter perdido qualquer coisa no tempo e no espaço e ter a necessidade de nunca esquecer” (Maure cit. por Aguiar, 2015: 118).

A Patrimonialização é o ato de materializar e disponibilizar a todos o património, pelo que deve traduzir para as comunidades envolvidas a consciência de partilha cabendo aos investigadores e poderes políticos a responsabilidade de acautelar a autenticidade do património material e imaterial que expressa e recai na identidade cultural das comunidades (Aguiar, 2015).

E nesse contexto faz então sentido abordar-se alguns lugares de memória do concelho de Valongo:

A Ponte Ferreira – esta ponte que se localiza na freguesia de Campo fazendo fronteira com o burgo de Gandra já no concelho de Paredes. Construída em granito é composta por três arcos. Numa das extremidades apresentava uma casa de portagem (atualmente já derubada) que desde finais do século XVIII cobrou impostos sobre trigo e pão, com a finalidade de financiar as obras da Igreja Matriz de Valongo. Era por esta ponte que o Porto estava ligado a Penafiel e Amarante através da estrada real n.º 15. Na outra extremidade da ponte surgem umas alminhas em honra de Nossa Senhora do Carmo. Desde que há memória, as populações identificavam esta construção aos mortos na batalha ali verificada, mas estu-

dos apontam para que esta seja já de construção anterior à disputa (Moreira, 2012).

A batalha que aqui se desenrolou nos dias 22 e 23 de julho de 1832 (após o desembarque de D. Pedro na praia da Boa Memória) não terá sido mais do que uma tentativa de os liberais abrirem o cerco do Porto. Dado o número reduzido de tropas, acabaram por recuar deixando o terreno para os absolutistas (Lloyd, 1833).

Como consequência, o Porto fica privado do fornecimento de pão que as padarias da freguesia de Valongo normalmente abasteciam esta cidade. Para impedir o fabrico deste produto são destruídos inúmeros moinhos e inutilizados fornos, bem como apreendidas farinhas. Os absolutistas só abandonaram a freguesia de Valongo a 18 de agosto de 1833 (Moreira, 2012).

Finda a Guerra Civil, a Ponte Ferreira torna-se num marco identitário para um concelho que irá nascer dentro de um contexto de renovação administrativa do país. Daí que, no primeiro Braço de Armas da vila e concelho de Valongo, a ponte sobressai entre dois ramos de louro, como que a reclamar a vitória na batalha e o triunfo dos liberais (Cabrita et al., 1973).

Igreja Matriz de Valongo – As obras de construção desta igreja tiveram início a 5 de março de 1794. Os moradores de Valongo ansiavam por uma igreja majestosa e imponente. A sua construção levou mais de 40 anos, o que se ficou a dever às características dos tempos conturbados que se viveram. Esta Igreja é hoje um lugar de memória para a sua população, em particular para as famílias dos muitos padeiros que financiaram as suas obras. É uma marca das invasões francesas que aqui aquartelaram as suas tropas durante a segunda invasão francesa. Ela constituiu também uma ligação ao absolutismo, já que serviu de cavaliária às suas tropas, ofensa grave à população local. Na atualidade impõe-se na paisagem através da sua imponência e da sua estética (Azevedo, 1999). Segundo fonte do Arquivo Histórico e Municipal de Valongo, o órgão que ainda hoje mantém foi instalado no ano de 1880, pelos mestres estrangeiros que se deslocaram a Portugal para assentar um órgão semelhante na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade do Porto. Através dos documentos consultados, constatou-se ter sido João Moreira da Costa Lima que adjudicou a obra à casa

Peter Conacher e Comp.^a, de Huddersfield, em Liverpool, pelo valor de 230 libras esterlinas.³

Na freguesia de Ermesinde destaca-se a Igreja da Santa Rita e Convento da Formiga. Este convento, que data do século XVIII, é dedicado a Nossa Senhora do Bom Despacho e a Santa Rita. A Igreja é um misto de barroco e neoclássico. Durante o cerco do Porto o convento foi transformado em hospital das tropas absolutistas e por ali passou D. Miguel várias vezes. Após a vitória dos liberais e extintas as ordens religiosas o convento manteve-se ligado à educação. Com a República torna-se num internato para rapazes e mais tarde o Colégio de Ermesinde. A igreja é um local de peregrinação regional, onde os peregrinos são movidos pela fé a Santa Rita. É no dia 22 de maio que se realiza a maior festa a esta Santa, conhecida como a festa das rosas (Dias et al., 2001).

A indústria da panificação teve, desde há séculos, uma importância económica no concelho de Valongo. Se a construção da sua Igreja Matriz em grande parte se deve à vontade inabalável dos padeiros desta terra, outros lugares de memória nos foram legados por esta indústria e que se torna necessário dar a conhecer, sempre mantendo a sua autenticidade.

Moinhos e fornos a lenha – Este território é atravessado por inúmeros rios e ribeiros que desaguam no rio Ferreira. Daí se ter desenvolvido a indústria da moagem. Embora com uma economia assente na agricultura, a produção de trigo era manifestamente insuficiente, pelo que maioritariamente chegava de Trás-os-Montes. Viria em barcas e era descarregado em Gramido, concelho de Gondomar e transportado por almocreves. Também era comprado na cidade do Porto onde os almocreves se deslocavam assiduamente e na viagem de regresso carregavam o trigo.

São os moinhos e ainda algumas padarias que fazem recordar um dos mais afamados mestres deste concelho. Todas as terças, quintas e sábados as padarias de Valongo deslocavam-se ao Porto onde eram vistas na Praça de S. Bento, S. Domingos e na Rua das Flores. A regueifa, o molete e o biscoito eram ainda vendidos na Praça de Santa Teresa e na feira de São Lázaro (Almeida Lima, 2000).

Neste concelho é ainda possível observar em bom estado de conservação alguns moinhos e visitar padarias

com fornos a lenha, onde mediante marcação previa é viável experienciar o fabrico do pão ou do biscoito.

A atividade mineira foi outra das grandes fontes económicas para o concelho. Existem marcas da exploração de ouro desde o tempo da ocupação pelos romanos, vestígios que urge recuperar e colocar ao dispor do turista. Porém a extração de ardósia foi uma das indústrias que mais marcou o concelho, perpetuando esta atividade na memória das suas gentes.

Pode-se ainda encontrar memórias da indústria têxtil, outra das atividades marcantes do início do século XX neste concelho de que ainda se pode encontrar um razoável espólio de memórias, antigas fachadas e arquivos que nos reportam à época.

2.1. Património imóvel

No site da Direção Geral do Património Cultural encontram-se inventariados três monumentos:

Cruzeiro de Valongo – Monumento Nacional – Rua do Padrão – Valongo

Decreto Lei de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23 de junho de 1910.

Na nota artística pode ler-se que Valongo era rico em cruzeiros que foram removidos no ano de 1869, por alegadamente impedirem a circulação e travarem o crescimento económico. O cruzeiro do Padrão tem uma função topográfica já que se situa na artéria com o mesmo nome (Rua do Padrão) e que na época ligava a cidade do Porto a Penafiel. É de estilo barroco apresentando na base do monumento uma imagem de Santo António.

Ponte de São Lázaro – Interesse Municipal – Rua de São Lázaro – Alfena-Valongo

Esta ponte tradicionalmente atribuída à época romana, após restauro em 1995 foi confirmada pelos recortes romanos encontrados. Na Idade Média integrava o caminho que do Porto se dirigia a Guimarães.

Casa do Anjo São Miguel – Imóvel de Interesse Público – Rua do Padrão, 144, Valongo

Segunda a nota artística pode-se constatar que este imóvel data de 1766. Possui dois pisos. No piso térreo encontram-se uma janela e uma porta, destacando-se a

janela com uma moldura trabalhada e uma vieira no lintel. As mísulas que suportam a varanda do piso superior são particularmente trabalhadas, onde surgem rostos nos remates. Como habitual na arquitetura cível setecentista, os pisos superiores, por serem considerados mais nobres, tinham um tratamento mais cuidado, pelo que esta casa não foge à regra. Destacam-se as sacadas das janelas bem decoradas em semicírculo no centro do qual surge a figura de S. Miguel combatendo o Dragão.

2.2. Eventos populares

Um dos eventos populares que mais caracteriza o concelho, pela sua originalidade e grandiosidade, realiza-se a 24 de junho na freguesia de Sobrado. A Festa da Bugiada e Mouriscada envolve toda a comunidade. Ela representa a luta entre os Bugios (cristãos) e os Mourisqueiros (Mouros) pela posse da imagem de S. João Baptista. Além da contenda principal que representa a luta entre o bem e o mal, apresenta-se ainda outras cenas da vida quotidiana como a Sementeira da Praça ou a Cobrança de Direitos (Turismo Porto e Norte, 2018).

2.3. Património natural

As conhecidas Serras do Porto encontram-se encravadas nos concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes. Situam-se a cerca de 6 Km do Porto e têm um elevado potencial paisagístico e natural. Estão protegidas pela Rede Natura 2000, dado o elevado valor ao nível faunístico e também da flora, de onde se salientam as plantas carnívoras e os fetos de Valongo, assim chamados por se encontrarem em vias de extinção, após se terem perdido as últimas espécies na Serra de Sintra. Segundo a opinião dos biólogos, a sua manutenção na Serra da Santa Justa⁴ fica a dever-se aos terrenos húmidos e pouco iluminados que os fojos⁵ lhes proporcionam (Nunes et al., 2002).

3. ORGANIZAR E DESENVOLVER PRODUTOS TURÍSTICOS

Tal como afirma Beni (2007), sem existir um conjunto de recursos naturais ou culturais não é possível fazer um planeamento turístico, já que são estes os elementos fundamentais que influenciam os trânsitos turísticos. Além destes há ainda que agregar toda uma oferta de serviços complementares de que um turista ou visitante possa usufruir, tal como o alojamento, a restauração, empresas de animação turística, mercados, comércio local, acessibilidades, telecomunicações, entre outros (Estevão et al., 2015).

Pode-se então dividir os recursos primários de uma região ou país em duas grandes categorias. Os que se referem ao património cultural, sejam eles de origem histórica, monumentos ou manifestações populares e que se podem tornar em grandes atrativos turísticos quando devidamente apresentados. Como refere Figueira (2003), Portugal tem uma história de décadas e uma geografia humana muito particular, pelo que conjugando estes dois fatores o turismo português pode e deve diferenciar-se sem perder a autenticidade dos lugares e das tradições das suas gentes. Ainda com recurso primário temos o património natural, que no mundo atual vem ganhando cada vez mais adeptos, fruto da vida stressante das cidades e da necessidade de repouso, bem como a elevada possibilidade de experiências que podem ser criadas no meio rural (Kastenhols, 2012).

Sendo os recursos primários aqueles que em primeira instância atraem o turista/visitante, não são suficientes para os manter nos destinos. Para tal, surgem os recursos complementares que congregam todo um manancial de apoio às necessidades primárias de quem pretende fruir por determinado território (alojamentos, restauração, entre outros) (Silva et al., 2017).

Porém a boa organização e domínio sobre os recursos primários torna-se essencial para a preparação da oferta. É importante o desenvolvimento de estratégias em torno de cada recurso primário, pois são eles os elementos diferenciadores de cada destino. Para os potenciar torna-se necessário realizar um trabalho de campo e elaborar um inventário exaustivo das reais capacidades

de cada um, adicionando todas as informações existentes (Silva et al., 2017).

Os recursos primários devem ter um elemento comum, ou seja, sozinhos ou em conjunto devem ser capazes de atrair o turista e conseqüentemente incrementar a fruição turística pelos territórios. Para que isto se verifique, os recursos devem ser transformados em atrativos em concordância com o Decreto Lei 191/2009, que define recurso turístico como os “bens que pelas suas características naturais e culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar a visitação e fruição turística”. Estamos, assim, perante a necessidade de organização de linhas de investigação, pois os inventários não são mais uma simples lista informativa sobre o património existente; trata-se, sim, de uma questão de ciência e de saber comunicar. Estes recursos depois de devidamente inventariados e trabalhados ficam capazes de entrar na cadeia turística, tornando-se indispensáveis à estruturação do destino, pois concorrem não só para a sua alavancagem económica, mas em definitivo quebram barreiras e abrem fronteiras para que o destino entre no mapa dos territórios turísticos (Figueira, 2003).

Seguindo a mesma opinião, Silva & Umbelino (2017) entendem que os inventários permitem que os destinos avaliem as suas reais capacidades para o seu desenvolvimento turístico e se valorizem criando fatores de atração. Da mesma forma os trânsitos turísticos poderão ser geridos com competência, organizando-se os recursos complementares de forma a apoiarem eficientemente os primeiros. Isto significa que o território deve-se organizar e desenvolver-se numa perspetiva de *cluster*⁶ potenciando ambas as tipologias de recurso em simultâneo.

Finalmente é necessário que os organismos públicos tenham ainda em conta que, além do potencial turístico e do valor dos recursos, tudo fica dependente das acessibilidades e facilidades de locomoção dentro do próprio destino e das infraestruturas de apoio, tais como hospitais, bombeiros, postos de turismo, entre outros (Cerro, 1993).

4. LIMITAÇÕES AO ESTUDO E À INVESTIGAÇÃO

Para que os recursos primários após de devidamente tratados cumpram o seu papel económico, devem satis-

fazer as expectativas do público mais exigente, conseguindo surpreendê-lo pela positiva. Citando Simonetta Luz Afonso⁷, a propósito da ligação entre Património e Turismo Cultural, “Mais do que construir um mundo para o turismo é necessário construir um mundo em que o Turismo também tenha o seu lugar, mantendo sempre vivo o que de mais genuíno possuímos, encontrando o ponto de equilíbrio entre a modernização, as vivências mais autênticas e a adaptação necessária à procura turística” (Lopes, 1999).

Para se construir traçados de visita em qualquer território deve-se observar os procedimentos técnicos normalizados para os objetivos e planos estratégicos de cada caso, tendo em conta que em cada lugar deve procurar a sua diferenciação, pois aí reside a singularidade que maior valor acrescenta à região. Por outro lado, é da maior importância não esquecer as questões ligadas à sustentabilidade, pelo que os organismos oficiais devem ter presentes, no desenvolvimento dos planos estratégicos de turismo, um especial cuidado para com a preservação dos bens culturais e naturais, dirigindo uma orientação pedagógica ao meio empresarial para que este assuma as suas responsabilidades na estruturação da oferta, preservando no presente para, assim, continuar a usufruir dos recursos no futuro (Figueira, 2003).

No concelho de Valongo não foi possível encontrar um único inventário nem um plano estratégico de turismo. Desta forma, o estudo limita-se a dar linhas de orientação, esperando-se que em breve seja possível elaborar um trabalho neste concelho, que apesar de não ser dos mais antigos de Portugal, sabe-se ser rico em património imaterial, material e natural. Situando-se perto da cidade do Porto e com boas acessibilidades, pode constituir uma alternativa a quem visita esta cidade ou mesmo para os Portuenses que necessitam de vivenciar novas experiências.

A valorização do património material e imaterial, bem como a estruturação do património natural, poderá conduzir a fluxos turísticos anormais nas áreas estudadas; esta constatação poderá obrigar a uma reestruturação da rede de acesso às zonas de passagem das rotas turísticas, pelo que se deveria contar com a colaboração e apoio da autarquia local e juntas de freguesia.

Igualmente seria necessário a boa colaboração dos *stakeholders* locais. Todas as organizações empresariais

ligadas ao turismo deviam ser apoiadas, de modo a criarem boas práticas na receção ao turista. Mais uma vez, as autoridades locais, regionais e até nacionais tomam, neste particular aspeto, um papel primordial.

Conclui-se, pois, que a principal limitação a este estudo é a colaboração das autoridades locais.

CONCLUSÃO

O presente artigo, que pretende ser um contributo para o desenvolvimento turístico do concelho de Valongo, apresentou uma contextualização geográfica do mesmo, bem como das suas acessibilidades, capacidades de alojamento e restauração. Prosseguiu-se com o enquadramento histórico, para que o leitor pudesse alcançar o significado da escolha dos lugares de memória selecionados como mero exemplo para o trabalho em curso. Citaram-se apenas três bens imóveis, posto serem os únicos que se inserem num inventário a nível nacional, já que a nível autárquico nenhum foi detetado. Referiu-se apenas um evento popular, a Bugiada e Mouriscada de Sobrado, posto que se encontra a decorrer uma candidatura a património imaterial da UNESCO. E, dado o elevado potencial, referiu-se, ainda, as Serras do Porto, o seu valor paisagístico e ao nível da flora e faunístico.

Levando em conta tudo o que foi observado, após a revisão de bibliografia e o reconhecimento no terreno, pode-se concluir que Valongo possui elevado potencial em recursos primários, ao nível cultural e natural, pese embora não se encontrem inventariados e trabalhados de forma a libertarem atrativos prontos a entrarem na cadeia turística. Dentro deste contexto, selecionou-se alguns recursos como mero exemplo do amplo trabalho que urge realizar. Em simultâneo, elucidou-se sobre as metodologias a aplicar, para após a inventariação se proceder à organização e desenvolvimento do produto turístico, alavancando desta forma a economia do concelho.

Perante as dificuldades encontradas e referidas no capítulo cinco, espera-se que as autoridades locais abram as suas portas para futuros estudos mais aprofundados e estruturados.

NOTAS

- ¹ Tio avô de Oliveira Martins.
- ² Cabrita e Silva (1973: 50).
- ³ Cerca de 1.035\$000 réis.
- ⁴ Concelho de Valongo.
- ⁵ Testemunho da exploração mineira romana ativa nas serras de Santa Justa e Pias entre os séculos I a.C. e III d.C. Os dois fojos mais emblemáticos foram adquiridos pela autarquia de Valongo: o Fojo das Pombas e o Fojo das Valérias.
- ⁶ *Cluster* em turismo considera-se uma concentração geográfica de empresas e instituições conectadas entre si para atingir vantagens competitivas (Estevão et al., 2015).
- ⁷ Lopes (1999: 13).

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Lúdia (2015), *Routes de la contrebande dans les régions frontalières Galice-Portugal (Melgaço): la muséalisation de la memoire et des traditions*, Girona: Universitat de Girona.
- ALMEIDA Lima, Maria Adelaide Gonçalves (2000), *A Padeira de Valongo – Entre o mito e a realidade*, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.
- AZEVEDO, Maria José Coelho (1999), *A Igreja Matriz de Valongo – Arquitetura (1794-1836)*, I volume, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.
- BENI, Mário Carlos (2007), *Análise estrutural do turismo*, S. Paulo: Senac.
- CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida (1973), *Monografia do Concelho de Valongo*, Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto.
- CARVALHO, E., AZEVEDO, F., SOARES, I.; GONÇALVES, M. (2015), *Diagnóstico Social do Concelho de Valongo*, Valongo: Município de Valongo.
- CERRO, Francisco Leno (1993), *Técnicas de Evaluacion del Potencial Turístico*, Madrid: Ministério da Industria Comercio e Turismo.
- DIAS, Manuel Augusto; PEREIRA, Manuel Conceição (2001), *Erme-sinde: registos monográficos vol I e II*, Valongo: Câmara Municipal de Valongo.
- ESTEVÃO, Cristina; FERREIRA, João (2015), *A Competitividade no sector do turismo: Contributos, desafios e implicações*, Castelo Branco: Idoteque.
- FIGUEIRA, Mota Luís (2003), *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- KASTENHOLS, Elisabeth (2012), “A experiência integral do turismo em meio rural – conceptualização na perspetiva turística e reflexão sobre a natureza da experiencia turística, com base em dados recolhidos em 3 aldeias portuguesas”, *cit in atas VIII CIRTUDES*, Chaves: UTAD.
- LLOYD, Hodges (1833), *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, Vol I, London: James Fraser.
- LOPES, Flávio (1999), *Turismo uma Ponte para o Património*, s.l.: Jornal do Programa de Incremento de Turismo Cultural, ano 2 (2), Maio.
- MOREIRA, Paulo Caetano (2012), *A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832): um processo memorialista e de valorização patrimonial*, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.

MOURISCADA, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA BUGIADA E (2018), *IPorto agência metropolitana da cultura* [Consult. a 23.07.2018]. Disponível em: iporto.amp.pt/localizacoes/centro-cultural-de-sobrado.

NORA, Pierre (1993), *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, São Paulo: Projeto História.

___ (1997), *Les Lieux de Mémoire*, França: Gallimard.

NUNES, Manuel; NUNES, Jorge (2002), *Áreas naturais da região do Porto*, Porto: Ozono.

SILVA, Francisco; UMBELINO, Jorge (2017), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*, Lisboa: Lidel – Edições Técnicas.

TURISMO PORTO E NORTE (2018), *Bugiada e Mouriscada – Sobrado – Valongo*, Valongo: Turismo Porto e Norte.

VALONGO, CÂMARA MUNICIPAL DE (2018) [Consult. a 23.07.2018]. Disponível em: www.cm-valongo/pages/425.